



Anais da Assembléia

N.º 69

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 05 DE AGOSTO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA ATA DA 59.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 1985.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Artagão Mattos Leão e Gilberto Carvalho.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57). Achando-se ausente o Senhor Deputado Ervin Bonkoski, (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE -(Anibal Khury) Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios

Sob os n.ºs DTL/60, 61 e 62/85, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs 201/84, 69/85 e 57/85, os quais convertidos em lei tornaram os n.ºs 8.124, 8.123, 8.121, respectivamente.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 45/85, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO FEMININA ACÁCIAS DE CURITIBA, com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 05/08/85.

(a) Nilso Sguarezi.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, para o Projeto de Lei n.º 321/84 que autoriza o Chefe do Poder Executivo a instituir o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCITEC -.

Sala das Sessões, em 05/08/85.

(a) Adhail Sprenger Passos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 133/85, de sua autoria, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Evangelino da Costa Neves.

Sala das Sessões, em 05/08/85.

(a) Odeni Mongruel

REQUERIMENTO.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 42/85, oriundo da Mensagem do Poder Executivo, n.º 80/85, que objetiva a criação do "Fundo de Apoio ao Desporto Amador - FADA".

Sala das Sessões, em 05/08/85.

(a) Caíto Quintana.

Líder do Governo e PMDB.

REQUERIMENTO:

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 43/85, oriundo da Mensagem do Poder Executivo, n.º 76/85, que objetiva o pagamento de gratificação pela execução de trabalho especial, com risco de saúde, de que trata o art. 172, item V, da Lei 6174, de 16/11/70, aos funcionários da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, com exercício na Fundação de Saúde

Caetano Munhoz da Rocha, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 05/08/85.

(a) Caíto Quintana.

Líder do Governo e PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n. 83/85, de sua autoria, que visa a criação do Município de 4. Centenário.

Sala das Sessões, 05/08/85.

(a) Fuad Nacli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, apoio ao Projeto de Lei n. 3560/84, de autoria do nobre Deputado Amadeu Gears e que está sendo apreciado na Câmara dos Deputados, visando alterar o disposto na Lei Federal n. 6996, de 07 de julho de 1982, que dispõe sobre a utilização de processamento eletrônico de dados, nos serviços eleitorais, e dá outras providências.

REQUER ainda que, da decisão da Casa, sejam cientificados os líderes do Governo e de todos os partidos com assento na Câmara e Senado Federal, inclusive o autor do Projeto, Deputado Amadeu Gears.

Sala das Sessões, em 05/08/85.

(a) Nilso Sguarezi.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve Requer, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao Prefeito de Ibioporã e ao Núcleo da Secretaria da Indústria e Comércio em Londrina, pela Criação da IBICOELHO, integrada ao Programa Nosso Coelho, do Governo do Paraná.

Sala das Sessões, em 05/08/85.

(a) Márcio Almeida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, inserção na Ata dos trabalhos do dia de hoje, de voto de congratulações à Polícia Militar do Estado do Paraná, pelo transcurso do 131.º aniversário.

Requer ainda que, do presente, se dê ciência ao Digníssimo Coronel RAUL VICTOR LOPES, Comandante daquela Corporação, bem como ao Excelentíssimo Senhor Doutor LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, Secretário de Estado da Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 05/08/85.

(a) Antonio Annibelli.

JUSTIFICATIVA:

A Polícia Militar do Estado do Paraná, estará comemorando 131 anos de sua existência. Desde que foi criada em 1854, aquela Corporação vem-se caracterizando pelos inúmeros serviços que presta à coletividade. Garantindo a segurança pública, preservando a ordem e a tranquilidade, dando assistência à população e se fazendo presente sempre que necessário, seja nos momentos de festa, o policial militar é um participante ativo do cotidiano de nossa gente.

Tendo em conta a importância do momento para os herdeiros do legado de Tiradentes, acreditamos que esta Casa de Leis estará não só prestando uma justa homenagem àquela instituição, como também, reconhecendo o profundo significado do papel que ela desempenha e o valor dos homens e mulheres que a constituem.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, o envio de sugestão ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado no sentido de que, na mensagem anual relativa ao exercício de 1985 a ser encaminhada a esta Assembléia, prestando conta da situação geral dos negócios do Estado, sejam demonstradas as despesas à conta dos recursos do Tesouro e as de outras fontes e a situação dos recursos humanos, conforme constou da mensagem relativa ao exercício de 1983, nas páginas 365 e seguintes, até a 376.

Sala das Sessões, em 05/08/85.

(a) Luiz Alberto Oliveira.

Líder do PDS.

JUSTIFICATIVA:

A mudança de critérios e a falta de padronização de informações de uma Mensagem para outra dificulta extremamente a análise dos dados, impossibilitando se ter uma completa e precisa noção do que realmente se passa na Administração Pública do Estado.

Pode-se deduzir que tal mudança de critérios se faça no propósito de mascarar a realidade, de apenas mostrar parcialmente o que acontece de fato.

Ainda recentemente, quando da denúncia de "trens da alegria" na Administração Pública Federal e dos Estados, aqui no Paraná não se dispunha de dados para se saber quantas nomeações haviam sido feitas antes de que passasse a vigorar a legislação que impede contratações e dispensa no serviço público pré e pós eleitoral.

Nenhuma razão existe para a sonegação dessas informações já que é dever da Administração Pública dar contas de todos os seus atos e decisões.

REQUERIMENTOS

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, visando orientação bem como apoio para que se crie um centro de ciências na Municipalidade de Mariluz.

Fora de qualquer dúvida, trata-se de uma importante reivindicação para todo o meio educacional da Cidade de Mariluz. A iniciativa é de responsabilidade do Colégio Estadual José Alfredo de Almeida - Ensino de 1.º Grau Regular e Supletivo e de 2.º Grau Regular. Conforme destaca a Ilustríssima Senhora Simarli M. Solek, que é a Diretora Geral, torna-se de fundamental importância oferecer ao conjunto do estudando, condições pelas quais os mesmos possam, efetivamente, desenvolver pesquisas e mostras escolares, tanto no campo científico como no âmbito da Matemática.

Para tanto, a fim de concretizar tal iniciativa, a colaboração dessa Pasta é algo da maior relevância, através de orientações gerais e apoio a nível de materiais e equipamentos.

Sala das Sessões, em 05/08/85.

(a) Rubens Bueno.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Planejamento no intuito de que, mediante a disponibilidade, determine a liberação de recursos financeiros para a edificação da futura sede do Poder Legislativo Municipal de Araruna.

A necessidade de se construir um novo local para abrigar a Câmara Municipal de Vereadores de Araruna, se verifica há muitos anos. Primeiro, porque o prédio atual é insuficiente para permitir um bom desenvolvimento dos trabalhos legislativos, bem como os burocráticos e de atendimento ao público, de um modo geral. A segunda justificativa é a de que há mais de quatro anos foram iniciadas as obras que, entretanto, foram paralisadas pela absoluta falta de recursos orçamentários.

Ademais, além de obrigar o plenário e outras dependências, o referido prédio

prevê ainda salas onde deverão funcionar uma biblioteca, Departamento de Educação, MOBIL e muitos outros setores da Administração Pública.

Para concretizar o referido pedido, a participação dessa Secretaria de Estado do Planejamento é indispensável, onde espera-se garantia de que recursos serão liberados a fim de permitir o reinício das obras.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo o apoio para a pavimentação asfáltica de várias vias públicas existentes na Municipalidade de Terra Boa.

A presente solicitação vem de encontro à reivindicação formulada pelo Excelentíssimo Senhor Elao Garcia Segura. Na qualidade de Prefeito Municipal de Terra Boa, o mesmo informa ser de fundamental importância a pavimentação asfáltica de várias vias lá existentes, não apenas e tão somente por uma questão de estética, limpeza ou embelezamento, mas, sobretudo, objetivando evitar a ação das chuvas que provocam o aparecimento da erosão.

Entretanto, para a execução do plano a que se refere este requerimento, a participação dessa Secretaria de Estado dos Transportes é fator indispensável, sendo necessário, deste modo, a concessão dos seguintes materiais: 200 metros de pedra n. 2; 200 metros de pedra n. 1; 50 metros de pedrisco e 50 metros de pó de pedra.

Espera-se, portanto, o pronto atendimento desta solicitação, tendo em vista a sua grandiosa importância para o Município de Terra Boa.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, visando a liberação de materiais que serão destinados a conclusão de obras nas vias públicas existentes na Municipalidade de Mamborê.

De acordo com ofício pelo Excelentíssimo Senhor Ivo Brunetta, Prefeito Municipal de Mamborê, em que pese os esforços da Administração local em combater a erosão urbana, muitos são os problemas que ainda se fazem presentes, acarretando, com isto, uma série de transtornos junto à população.

Neste sentido, fora de qualquer dúvida, a questão mais grave relativa ao setor urbano de Mamborê, encontra-se nas Ruas Adina Correia Cionek e Paranaguá. Tais vias, embora tenham sido iniciadas algumas obras nos referidos locais, não mereceu, da gestão anterior, os cuidados necessários ao efetivo combate à desagregação do solo.

Para por fim a este antigo problema, a Prefeitura de Mamborê necessita, com urgência, que essa Secretaria de Estado

do Interior, autorize a liberação de 240 ¢ 1,00 e 150 ¢ 0,60 manilhas para dar prosseguimento aos trabalhos de revitalização das mencionadas vias públicas.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte no sentido de que, mediante a realização de estudos, determine a liberação de recursos de ordem financeira para a construção de um ginásio de esportes, na Municipalidade de Araruna.

A Cidade de Araruna não dispõe, nos dias de hoje, de um local onde se possa desenvolver plenamente as inúmeras modalidades esportivas. O conjunto da população daquela cidade vivencia, desde há muito tempo, a problemática de não contar com uma estrutura que permita a realização de competições, o que tem somente prejudicado o setor.

Neste sentido, por iniciativa do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Araruna, Osvaldo Valarini, faz-se necessária a construção de um ginásio de esportes. Deste modo, conforme salienta o referido Chefe do Executivo, seria possível dotar Araruna de reais condições para que sua gente, notadamente a juventude, tenha condições de praticar esportes. Ademais, além de servir ao setor esportivo, o pretendido ginásio de esportes se destinará ao setor cultural e artístico.

Entretanto, a construção de um ginásio de esportes dependerá da aplicação de recursos, cuja Administração, tendo em vista a sua limitada dotação orçamentária, não dispõe, sendo indispensável, portanto, a participação dessa Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, garantir as verbas que se fizerem necessárias.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário seja enviado expediente ao Presidente da COPEL, Ary Veloso Queiróz, através da Governadoria do Estado, solicitando providência no sentido de eliminar as constantes oscilações no nível de energia elétrica em Toledo.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1985.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A COPEL tem-se caracterizado pelo bom atendimento aos usuários, mostrando sensibilidade aos eventuais reclamos que porventura existirem. Mas, como é normal em toda empresa de grande porte, às vezes, conforme as circunstâncias, alguns setores não têm a atenção que caracteriza os ditames da direção.

Na Cidade de Toledo, vários empresários e usuários em geral têm notado, de forma inequívoca, quedas e oscilações diárias no nível de energia elétrica. Vários contatos telefônicos têm sido feitos à Central de Toledo, mas, lamentavelmente foram infrutíferos os pedidos para a solução do problema.

Este fato vem provocando enormes prejuízos, pois a

oscilação de energia provoca às máquinas de alta precisão, eletrodomésticos e aos equipamentos em geral, muitos danos.

A COPEL, como é sobejamente sabido, possui técnicos especializadíssimos, motivo pelo qual atribuímos as constantes oscilações da energia em Toledo, não à incapacidade técnica, mas provavelmente à desatenção do setor responsável, motivo pelo qual solicitamos a Vossa Senhoria providências no sentido da imediata solução do problema.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior – Doutor Nelson Friedrich, bem como uma cópia ao Doutor Francisco da Cunha Pereira Filho, Mui Digno Presidente da TV Paranaense Canal 12, solicitando o empenho de ambos na instalação de repetidora de imagens da Rede Globo de Televisão, a ser instalada na localidade de Bela Vista, Município de Marechal Cândido Rondon, procurando assim atender uma antiga reivindicação dos moradores daquele município, conforme comprova o “abaixo-assinado”, em anexo.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1985.

(a) GERNOTE KIRINUS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, o envio de expediente a Suas Excelências, os Senhores:

- Ministro da Indústria e Comércio, Doutor ROBERTO HERBSTER GUSMÃO;
- Ministro da Fazenda, Doutor FRANCISCO OSWALDO NEVES DORNELLES;
- Presidente do Instituto Brasileiro do Café, Doutor KARLOS RISCHBIETER,

reivindicando melhores preços para a aquisição do café, com a adoção de medidas imediatas de encontro aos interesses dos produtores que clamam por nossa urgente participação.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1985.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

É crescente a insatisfação dentro dos produtores de café diante dos preços mínimos implantados e que não refletem os custos de produção. Movimentos se levantaram no Noroeste do Paraná, ultimamente estradas foram bloqueadas, houve bloqueio em agência do Banco do Brasil, reuniões sucederam-se frequentemente com o apoio de Sindicatos de Classes, manifestos foram encaminhados aos órgãos governamentais e até o momento o preço de aquisição do café continua o mesmo, abaixo dos custos de produção.

Sintetizando: muitas manifestações de inconformismo com a política de produção e esta continua indiferente causando um desestímulo e desapoio às classes produtoras.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja transcrito nos Anais da Casa, o editorial “HORA DE APURAR AS FRAUDES”, publicado à página 04, do “Jornal do Estado”,

do dia 04/08/85.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Temos assumido uma posição no tocante a solução para as fraudes que assolaram o País nesses últimos anos, pleiteando a reforma da legislação penal e também da Lei de Execuções Penais, ao lado da adoção de medidas coercitivas para a reposição dos valores desviados.

Recentemente, quando se anunciou que as fraudes do INPS chegavam a 50 bilhões de cruzeiros, afirmamos que aquele valor deveria superar a décima parte da dívida da Presidência que era orçada em 7 trilhões.

Hoje, quando o valor da dívida já alcança a casa dos 8 trilhões, temos notícia de que, novamente, no Município de São Gonçalo pode chegar a 240 bilhões e, levantamentos em todo o País acusaram infindáveis fraudes.

Isso vem a comprovar o descaso com que o Brasil foi governado nessas últimas décadas.

Perfeita, portanto, a colocação do articulista ao enfocar o problema, pois, desta maneira não há instituição que possa escapar de uma bancarrota.

Com seriedade na sua administração, não será necessário proceder cortes nos benefícios.

Se fizemos uma previsão considerada pessimista, na ocasião, hoje, o Brasil estarecido, concluiu que nossos números poderão ficar aquém da realidade.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 140/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica revogado o parágrafo único, do art. 18, da Lei n. 7567, de 12/01/82.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1985.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

O dispositivo legal que se pretende revogar, estabelece no Regimento de Custas Judiciais do Estado, que as quantias adiantadas como antecipação do pagamento de custas judiciais não serão corrigidas quando o processo extingui-se por desistência ou acordo entre as partes.

O mencionado dispositivo é excessão à regra geral de que os adiantamentos por conta de custas devem ser corrigidos. Todavia, como os adiantamentos de numerários para pagamento de custas têm sempre a mesma natureza e finalidade, não há razão alguma para que a correção monetária deixe de incidir, somente pelo fato de ter havido transação ou desistência.

Estas as razões do presente plano de lei que ora apresentamos à consideração dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N. 141/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de União da Vitória, uma "Escola Agrícola de 2.º Grau", para a formação de técnicos agrícolas.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA

O objetivo principal do presente plano de lei é preencher uma lacuna existente no setor de educação, em União da Vitória e região.

Um dos centros mais importantes nas atividades agrícolas no Sul do Estado, faz-se necessário que funcione com a máxima urgência na região da AMSULPAR, uma Escola Agrícola de 2.º Grau, com a finalidade de enriquecer o meio agrícola, com técnicos agrícolas, realmente capacitados, desenvolvendo técnicas modernas com produção básica.

Com a melhor adaptação das técnicas agrícolas, não só irá melhorar em muito nossa produção agrícola, prestando inestimável assistência em toda a região, como irá também fixar melhor o homem do campo, em seu habitat natural.

Criando-se a Escola Agrícola de 2.º Grau, em União da Vitória, além da elevação do nível cultural em toda região, irá concorrer para o aumento da produção agrícola em nosso Estado.

Razão porque solicitamos aos nobres Pares o devido apoio ao presente projeto e sua posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N. 142/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar de pagamento de ICM a comercialização de equinos destinados ao trabalho na agricultura e pecuária.

Art. 2.º - A isenção de que trata esta lei, somente será concedida àqueles que possuem propriedades rurais no Estado do Paraná.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei vem ao encontro dos paranaenses que criam animais para trabalho nos diversos setores da agricultura e pecuária. Com o custo elevado dos implementos agrícolas mecanizados, o homem do campo, principalmente aqueles que lidam na terra, passaram a utilizar o cavalo como instrumento de trabalho.

Assim sendo, voltaram os equinos a ser objeto de comercialização entre pequenos produtores rurais, que estão dando elevado valor a esses animais.

PROJETO DE LEI N. 143/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do Município de Juranda, com sede naquela municipalidade e foro na Comarca de Ubiratã.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

Por intermédio do presente esboço de lei, devido iniciativa da Senhora Francisca Pereira de Oliveira, Presidente da APMI do Município de Juranda, e do Senhor Diemes Amadei, Prefeito Municipal, estaremos fornecendo a esta entidade, com fins reconhecidos sociais, os necessários meios destinados a levar adiante as suas atividades.

Perfeitamente integrada no seio da comunidade jurandense, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância está desenvolvendo um extenso trabalho voltado principalmente para a população carente, podendo-se aqui especificar a proteção à infância em geral, velando pela saúde e bem-estar da criança e da gestante.

Estando presentes, em anexo, todos os documentos previstos na Lei n. 6.994, e comprovada a atividade de cunho social que a Associação vem desenvolvendo no Município de Juranda, venho solicitar aos nobres Pares o indispensável apoio para que seja atingido o alto objetivo a que esta se propõe.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, aqui estamos para trazer uma pá de informações: — ou vota no PMDB, ou fica como está, ou vota no PMDB, imprensa do meu Paraná, ou vota no PMDB, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e os Deputados do PMDB, que defendiam o povo, não vêem a alta da carne, não vêem a carne. Deputado Presidente, hoje é proibitiva para o povo brasileiro.

Esta Aliança Democrática está falindo, porque o PMDB não tem condições de gritar mais porque hoje, eles são vaquinha de presépio.

A carne de cinco mil cruzeiros no tempo em que criticavam o PDS, hoje sobe para quinze, dezesseis mil cruzeiros, um alimento proibitivo para a mesa do pobre. Ou vota em José Richa, ou fica como está! Onde estão os defensores, os arautos da democracia? Aqueles que defendiam o povo! O leite, o pão, o BNH, deveriam não fazer ouvidos moucos, porque, como dizia Abraão Lincoln: — “Não se pode iludir o povo por duas ou três vezes”.

Onde estão os combativos Deputados do PMDB, para dar uma justificativa por esta falência das elites. A carne sobe dois, três mil cruzeiros por quilo, toda a semana, onde está o Governo José Richa? Onde está a Bancada dos defensores do público brasileiro que nada fazem em defesa do Brasil e da sua gente? Fizeram como o avestruz, enterraram a sua cabeça na areia e deixaram o “bumbum” de fora, porque têm medo da verdade, porque não reclamam desta barbaridade do preço do pão, do leite, da carne. Onde estão os Deputados desta falida Frente Democrática, que veio para iludir o povo: — ou vota em José Richa, ou vota no PMDB, ou fica como está, Sr. Presidente.

Esta Frente Liberal é uma farsa! Esta Frente Liberal, Sr. Presidente, está iludindo o povo e que há de anos levar, se não mudarem o rumo, a consequências trágicas. A carne, que é o principal alimento do povo brasileiro, ou vota em José Richa, Sr. Presidente, e estes Srs. Deputados, de ouvidos moucos, que nem sequer tomam assento em seus

lugares, onde estão os defensores da pobreza? Onde estão os homens que não estão no racha do PMDB? Que estão decretando a falência? Nem um protesto, Sr. Presidente, nem um protesto por verem o pobre povo do Paraná, sofrido, Sr. Presidente, e vem aí mais uma tapeação, a tapeação do vale transporte, que vai ser transferido para nosso povo! Os homens do PMDB, que defendiam, principalmente, os Srs. Deputados, que eram um exemplo da Democracia Participativa, estão encolhendo de medo do Todo-Poderoso José Richa.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Pereira, inscrito.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Mais de 360 milhões de pessoas dos cinco continentes celebraram no último dia seis de julho o “Dia Internacional do Cooperativismo”. No Paraná, esta doutrina de vida une cerca de 300 mil pessoas, entre elas, 200 mil agricultores.

Esses paranaenses, Senhores Deputados, esses 200 mil agricultores que acreditam em si mesmos e na cooperação, são responsáveis por 15% dos alimentos produzidos no Brasil. Não pretendo aqui fazer apologia ou estabelecer um tratado acerca da importância do movimento cooperativista, em sua essência, nem discorrer quanto ao seu papel fundamental na promoção econômica e sócio-cultural do homem do campo. Tampouco querendo avaliar a importância das cooperativas como aliadas do próprio poder público na medida em que cumprem elas atribuições muitas vezes de responsabilidade do Estado. Quero me referir à determinação das Cooperativas paranaenses em buscar por suas próprias mãos, soluções para as suas necessidades.

Justamente, no “Dia Internacional do Cooperativismo”, visitamos juntamente com autoridades e lideranças (Tolentino, Edgar, vereadores etc.) o Centro de Pesquisa Eloy Gomes, sediado em Cascavel. É um dos mais modernos centros de pesquisa mantido pela iniciativa privada da América Latina, de propriedade da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná — OCEPAR —, que é a entidade de defesa e representação do sistema cooperativista paranaense.

Este centro, instalado numa área de 165 alqueires, mais o centro instalado em Palotina, com outros 132 alqueires, forma o Programa de Pesquisa da OCEPAR, que há onze anos vem se dedicando à paciente tarefa de, entre milhares de plantas de trigo, soja e milho, detectar as mais adequadas ao nosso agricultor. Vale lembrar que até agora, poucas empresas privadas, além do governo, têm tido coragem e a determinação de se lançar em tão difícil tarefa, pois as pesquisas para o lançamento de novas variedades de sementes demoram em média, dez anos.

O Programa de Pesquisas da OCEPAR, que envolve 17 especialistas e 170 funcionários, é mantido totalmente pelos agricultores do Paraná, através de suas Cooperativas, e por recursos gerados nos próprios centros, através de multiplicação de sementes. E os resultados já podem ser medidos hoje, pelo aumento da produtividade conseguido através de 13 variedades de trigo lançadas pela

OCEPAR e de cinco variedades de soja. Dentre estas últimas, aliás, merece destaque a variedade Primavera, que permite na mesma safra o plantio de milho, numa sequência soja-milho. Nos próximos três ou quatro anos, serão também, lançados os primeiros híbridos de milho.

O trabalho da Organização das Cooperativas não fica apenas na pesquisa de variedades mais produtivas e mais resistentes às pragas, à seca, ao frio ou às doenças. Há um entrelaçamento de interesses cooperativistas onde vemos os resultados das pesquisas sendo levados até as Cooperativas filiadas, testados por técnicos e por agricultores. Esta é uma tarefa do setor de difusão de tecnologia, que tem a incumbência de levar resultados aos agricultores e trazer ao Programa de Pesquisa as preocupações e necessidades dos agricultores.

Aqui, Senhores Deputados, reside uma grande diferença entre a pesquisa oficial, que muitas vezes no passado, direcionou seus trabalhos de acordo com os interesses dos governos, e a pesquisa cooperativista, que procura satisfazer as necessidades reais do agricultor associado.

O Programa de Pesquisa da OCEPAR tem importância fundamental por três razões básicas: primeiro, porque atesta a capacidade de discernimento do setor cooperativista com recursos gerados na própria agricultura, da taxa de comercialização do trigo que no passado era desviada para pesquisas no Rio Grande do Sul, dos agricultores através de suas cooperativas e pelos próprios recursos gerados internamente. Em terceiro lugar, porque atende aos interesses dos agricultores, significando a independência na busca de material genético para a produção de variedades mais adequadas ao clima e solo paranaenses.

Por tudo, cumprimos não apenas aos 17 especialistas e aos 170 funcionários do Programa de Pesquisas. Merecem o melhor reconhecimento os 200 mil agricultores filiados às 63 Cooperativas de produção, que através de suas próprias forças investem num setor de importância decisiva para o futuro da atividade, que é a base da economia de nosso Estado."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Donato Gulin, inscrito.

O SR. DONATO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, quando chegamos a esta Casa de Leis, tivemos uma grata surpresa, quando nos encontramos com os nossos amigos, nossos companheiros Parlamentares, e homens de comunicação, de que corre a notícia, nesta cidade, da tentativa de cassação de nosso mandato como Deputado Estadual.

E me veio e me vem à memória, Sr. Presidente, do período de 20 anos de Governo de ditadura, e quando nós, como Presidente da Câmara Municipal, fomos solicitados pra que, com o Poder que possui o Presidente da Casa Legislativa, por lei de cassação de mandato, ajudássemos a cassar o mandato de diversos vereadores do antigo PMDB. E nesta ocasião, nós dizíamos e repetimos aqui nesta Casa, de que entendíamos e de que entendemos, de que somente pode cassar o mandato de um político, aqueles que o deram o mandato, ou seja, o mandato de um político pode ser cassado única e exclusivamente pelo povo,

porque foi o povo que deu o mandato nas eleições em voto secreto. E entendemos que é somente este mesmo povo que pode cassar todo e qualquer mandato. Mas, a nossa surpresa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando isso vem de Parlamentares que há pouco tempo atrás, que há poucos anos atrás, defendiam com unhas e dentes, e porque não dizer até com a vida, o mandato que é concedido pelo voto popular, e que hoje, graças a pertencer ao Poder, começam a usar o tacão da força, para a tentativa de cassação de mandato de Parlamentares dos Partidos de Oposição.

Nós queremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em alto e bom som, deixar claro nesta Casa, a todos os nossos companheiros, de que estamos à disposição do Governo e da justiça, para que venham cassar o nosso mandato, e que em 15 de novembro de 1986, nós colocaremos àqueles que realmente nos deram o mandato, a nossa nova opção por mais um período de representação junto à Assembléia Legislativa. Aí sim, o povo do Paraná, o eleitor do Paraná, terá o direito, mais muito mais do que o direito, terá o poder de cassar o nosso mandato nas urnas de 15 de novembro, não permitindo a nossa reeleição.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao encerrar, dizer, o mandato é popular, e somente o povo tem o poder de cassação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Não há oradores inscritos para o Grande Expediente.
Passa-se ao Horário das Lideranças.
Concedo a palavra ao PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Concedo a palavra ao PDT.

O SR. ANTONIO BELINATI — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Concedo a palavra ao Partido da Frente Liberal. (Pausa).
Concedo a palavra ao PMDB. (Pausa). — (Declina).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n. 53/85, (Mensagem n. 84/85, ex-Proposição n. 76/85), que aprova o I Termo Aditivo de 15/03/85 ao Convênio de 28/11/84, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, o Ministério da Agricultura e a OCEPAR, objetivando dar continuidade à execução das atividades de combate, prevenção e erradicação do Bicudo do Algodoeiro no Estado do Paraná. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 53/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o 1.º Termo Aditivo datado de 15 de março de 1985, ao Convênio celebrado em 28 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, o Ministério da Agricultura e a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná — OCEPAR, objetivando dar continuidade à execução das atividades de combate, prevenção e erradicação do Bicudo do Algodoeiro no Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente

JORGE MAIA FILHO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n. 54/85, (Mensagem n. 50/85, ex-Proposição n. 56/85), que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, em 07/11/84, através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de MEDIANEIRA, objetivando a implantação de serviços de segurança contra incêndios e de socorros públicos. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 54/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 07/11/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de Medianeira, objetivando a implantação de serviços de segurança contra incêndios e de socorros públicos.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente

JORGE MAIA FILHO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n. 55/85, (Mensagem n. 90/85, ex-Proposição n. 80/85), que aprova o Sexto Termo Aditivo de 15/03/85, ao Convênio de 06/06/79, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando dar continuidade aos Serviços de Fiscalização do Comércio e de Produtos Fitossanitários e do Comércio de Materiais de Multiplicação Vegetal. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 55/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Sexto Termo Aditivo datado de 15 de março de 1985, ao Convênio celebrado em 06 de junho de 1979, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Ministério da Agricultura, objetivando dar continuidade aos Serviços de Fiscalização do Comércio e de Produtos Fitossanitários e do Comércio de Materiais de Multiplicação Vegetal.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente

JORGE MAIA FILHO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n. 56/85, (Mensagem n. 89/85, ex-Proposição n. 79/85), que aprova o 16.º Termo Aditivo, de 23/03/75, ao Convênio de 02/10/75, entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias da Agricultura, e do Planejamento e o Ministério da Agricultura e a SUDESUL, objetivando dar continuidade aos serviços desenvolvidos pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 56/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o 16.º Termo Aditivo, datado de 25/03/85, ao Convênio celebrado de 02/10/85, ao Estado do Paraná, através das Secretarias de Estado da Agricultura e do Planejamento, e o Ministério da Agricultura e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando dar continuidade aos serviços desenvolvidos pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente

JORGE MAIA FILHO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n. 57/85, (Mensagem 49/85, ex-Proposição n. 55/85), que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 22/11/84, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando a adoção de ação conjunta para a execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 57/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 22 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando a adoção de ação conjunta para a execução de obras integrantes do PROJETO PROSAFRAS.

Município
ASSIS CHATEAUBRIAND

N.º do Convênio
21/84

CIDADE GAUCHA	61/84
CRUZ MACHADO	71/84
GUAPIRAMA	98/84
ITAPEJARA DO OESTE	120/84
IVATUBA	124/84
NOVA PRATA DO IGUAÇU	185/84
PRANCHITA	218/84
RIBEIRÃO DO PINHAL	234/84
SANTA HELENA	251/84
SANTO INÁCIO	261/84
SÃO JOÃO	264/84
SÃO JORGE DO IVAÍ	268/84
SAPOPEMA	279/84

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente

JORGE MAIA FILHO — Relator

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 238/84, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que autoriza o Poder Executivo a reverter ao Município de Paulo Frontim, o imóvel transcrito sob o n. 11334, às fls. 52, do Livro 3-1 do Cartório de Registro de Imóveis de Mallet - PR, conforme especifica. Sem Parecer. Em Regime de Urgência. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 49/85, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de SABÁUDIA, constituído pelas datas números 22, 23, 24 e 25, da Quadra 6, transcrita em 20/11/50 sob o n. 1737, Livro 3-A, do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos - 1.º Ofício, 2.º Tabelião de Notas, da Comarca de Arapongas, conforme especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 49/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de SABÁUDIA, o imóvel constituído pelas datas n. 22, 23, 24 e 25, da quadra 6, sem benfeitorias, situada no Patrimônio Sabáudia - Município do mesmo nome, transcrita em 20/11/50, sob n. de ordem 1737, no Livro 3-A, do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos - 1.º Ofício, 2.º Tabelião de Notas, da Comarca de Arapongas.

Parágrafo único. A citada área destina-se à construção do Ginásio de Esportes do Município de Sabáudia.

Art. 2.º — A presente doação fica gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1985.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

As datas de terras que se pretendem doar por intermédio do presente projeto de lei, fazem parte de uma área de 7.200 metros quadrados, sem benfeitorias e sem previsão de utilização, até o momento, por parte do Governo do Estado.

Uma vez que a municipalidade de Sabáudia sente na sua população a necessidade urgente de um ginásio onde as pessoas possam praticar o seu esporte, e não possuindo, no seu

patrimônio, área de terras apropriada para tal destinação, entendemos ser de bom alvitre transferir na forma de doação àquela comunidade, um terreno para ela tão precioso e sem aproveitamento por parte do patrimônio estadual.

Ao fazê-lo devemos levar em consideração a necessidade da existência, em todas as comunidades, de locais destinados à prática esportiva, tanto sob a forma de lazer, como para manter a forma física, como também para formar os futuros atletas; é sabido que os grandes campeões que elevam o nome do Brasil, lá fora, na sua maioria, têm sua origem nos ginásios esportivos das pequenas cidades do interior brasileiro.

Por outro lado, a nossa juventude precisa de local apropriado para se dirigir nas horas de folga, e nada melhor do que dedicá-las à saudável prática de algum esporte que virá favorecer o desenvolvimento intelectual, físico e psicológico de nossa gente.

Diante do exposto, esperamos o apoio e a aprovação, por parte dos nobres colegas de Assembléia, bem como a conseqüente sanção do Poder Executivo paranaense, tão importante assunto que incentivará a construção que beneficiará atividade de interesse coletivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 49/85

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n. 49/85, de autoria da nobre Deputada Irondi Pugliesi, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Sabáudia, no qual será construído o Ginásio de Esportes.

Analisando-o, concluímos que uma vez que se trata de projeto de lei autorizatório, não há óbice legal e por isso manifestamo-nos favoráveis à aprovação do mesmo.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — RELATOR

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando informações do Sr. Governador do Estado, sobre viagens de Secretários de Estado e Dirigentes de empresas públicas, autarquias e sociedades de economia mista no período de 1.º de junho de 1984 a 27 de junho de 1985. — Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 133/85, de sua autoria, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Evangelino da Costa Neves. — Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 321/84, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a instituir o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná — FUNCITEC. — Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 45/85, que declara de Utilidade Pública a Associação Feminina Acácias de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. — Aprovado. — A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 83/85, de sua autoria, que visa a criação do Município de Quarto Centenário. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 42/85, oriundo da Mensagem do Poder Executivo n. 80/85, que objetiva a criação do "Fundo de Apoio ao Desporto Amador - FADA". — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 43/85, oriundo da Mensagem do Poder Executivo n. 76/85, que objetiva o pagamento de Gratificação pela Execução de Trabalho Especial, com risco de saúde, de que trata o art. 172, item V, da Lei n. 6174, de 16/11/70, aos funcionários da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, com exercício na Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, conforme especifica. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, encaminhando ofício ao Sr. Secretário de Estado do Interior e ao Presidente da TV Paranaense Canal 12, solicitando empenho na instalação de repetidora de imagens da Rede Globo de Televisão em Bela Vista, Município de Mal. Cândido Rondon, conforme abaixo-assinado dos moradores. — Aprovado. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, encaminhando sugestão ao Governador do Estado, para que na mensagem anual relativa ao exercício de 1985, a ser encaminhada a esta Assembléia, prestando conta da situação geral dos negócios do Estado, sejam demonstradas as despesas à conta dos recursos do Tesouro e as de outras fontes e a situação dos recursos humanos, conforme constou da mensagem relativa ao exercício de 1983. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, encaminhando ofícios de congratulações ao Comandante da Polícia Militar do Paraná e ao Secretário da Segurança Pública, pela passagem do 131.º aniversário daquela Corporação. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Planejamento, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a edificação da futura sede do Poder Legislativo do Município de Araruna. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, visando a liberação de materiais que serão destinados à conclusão de obras nas vias públicas, no Município de Mamborê. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes encarecendo a pavimentação asfáltica de várias vias públicas no Município de Terra Boa. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo estudos que determinem a liberação de recursos financeiros para a construção de um ginásio de esportes no Município de Araruna. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, visando a criação de um Centro de Ciências no Município de Mariluz. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, encaminhando ofício aos Ministros da Indústria e Comércio e da Fazenda e ao Presidente do IBC, reivindicando melhor preço para o café. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Prefeito Municipal de Ibiporã, e ao Núcleo da Secretaria da Indústria e Comércio em Londrina, pela criação da IBICOELHO, integrada ao Programa Nosso Coelho do Governo do Paraná. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, encaminhando ofício ao Presidente da COPEL, solicitando providências, a fim de eliminar as constantes oscilações no nível de energia elétrica em Toledo. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezi, constante do expediente, solicitando do Plenário o apoio ao Projeto de Lei n. 3560/84, de autoria do Sr. Deputado Amadeu Gera e que está sendo apreciado na Câmara dos Deputados, visando alterar o disposto na Lei Federal n. 6996, de 07 de julho de 1982, que dispõe sobre a utilização do Processamento Eletrônico de Dados nos serviços eleitorais, e dá outras providências. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial "Hora de Apurar as Fraudes", publicado no "Jornal do Estado". — Aprovado. (A matéria encontra-se publicada no final desta Ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 49/85.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei ns. 203, 284 e 304/84, 02, 10, 11, 38, 44, 51 e 72/85.

Levanta-se a Sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, em sessão do dia 05 de agosto de 1985.

"HORA DE APURAR FRAUDES"

Com as seguidas descobertas de novas fraudes no setor da Previdência Social no Brasil, já é possível passar a acreditar que a falência do sistema se deve quase que exclusivamente às manobras que vêm sendo desencadeadas há muitos anos no País. Para que se tenha uma idéia da extensão dos prejuízos causados ao Ministério da Previdência, basta lembrar que o Superintendente do INPS de Pernambuco, Manoel Gilberto Holanda, determinou a suspensão do pagamento de 3 mil pensões, porque são provenientes de falsas aposentadorias concedidas no seu Estado. Há fraudes praticamente em todas as cidades pernambucanas e o "estouro" já está sendo calculado em bilhões de cruzeiros. E o problema é muito mais grave do que parecia à primeira vista, dando a nítida impressão de que existem quadrilhas organizadas agindo com a finalidade única de fraudar o sistema previdenciário brasileiro.

Para provar a existência de quadrilhas organizadas, basta citar o exemplo do que aconteceu na cidade pernambucana de Barreiros. Quando começaram as investigações visando descobrir as aposentadorias fraudulentas, o posto de benefício do INPS foi invadido por homens armados na manhã de quinta-feira, que incendiaram as instalações e destruíram centenas de documentos.

Mesmo assim, não conseguiram exatamente o que queriam, pois a comissão de vistoria havia passado no município e tomara posse dos documentos comprovando as fraudes. Evidentemente nada disso teria acontecido se não houvesse conivência de alguns funcionários das agências. No caso específico de Pernambuco, o Superintendente do INPS exigiu o máximo rigor nas investigações para descobrir quais são os funcionários envolvidos. Aliás, isso deverá ser feito em todo o Brasil, já que existe uma ordem do Ministro da Previdência nesse sentido.

Considerando os bilhões desviados já há muito tempo — e é difícil de entender porque demorou tanto a descoberta —, chegamos a uma conclusão lógica: apenas fraudes, abalam o sistema previdenciário brasileiro. O expurgo dos maus funcionários e a anulação imediata de todos os benefícios fraudulentos — e inclua-se neste rol os problemas com hospitais, que também envolvem muitos milhões —, podem salvar o sistema previdenciário brasileiro da derrocada que até então parecia inevitável. Mas para tanto é necessário que o Ministro reafirme sua posição de rigor absoluto na apuração das fraudes e o simples corte dos benefícios fraudulentos já se transformará numa injeção de verbas para o Ministério. Quando tudo estiver em seu lugar, o Ministério pode começar a pensar em outros tipos de fraudes, pois a capacidade que o brasileiro tem de fraudar é fora de série.

Um dos pontos que merecem uma verificação

minuciosa é o referente à pensão concedida a pessoas que em determinadas épocas da vida estiveram doentes. O sistema das revisões periódicas deve ser agilizado, inclusive com revisões em espaços de tempo mais curtos. Assim, um problema qualquer de coração, pode vir a ser superado depois de algum tempo, permitindo que o elemento volte ao trabalho. No entanto, até que ele se submeta a uma nova revisão, vai usufruindo da pensão previdenciária durante alguns anos. No caso de outras doenças como a lepra, a tuberculose, a cura é bem mais fácil e não raras vezes o indivíduo vai permanecendo "encostado" o máximo de tempo possível. Enfim, considerando o fato de que a média de vida do brasileiro é relativamente baixa, também é relativamente baixo o número de aposentados, motivo pelo qual isso não causaria a grande falência do sistema em momento algum. Conclui-se que o mapa da mina está na interceptação das fraudes pura e simplesmente. Quando todo o trabalho estiver concluído, certamente esqueceremos que um dia a Previdência esteve à beira da falência.

**COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
3ª SESSÃO LEGISLATIVA — 10ª LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO**

Aos vinte e nove dias do mês de maio de hum mil novecentos e oitenta e cinco, reuniu-se a Comissão de Recursos Humanos para a sessão de instalação, com a presença dos Senhores Deputados Membros da mesma. Assumiu a presidência, na forma regimental o Senhor Deputado Péricles Pacheco, que após verificar a existência de número legal, declarou abertos os trabalhos destinados à eleição do Presidente e Vice-Presidente efetivos, conforme nomina o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa. Foram indicados os nomes dos Senhores Deputados Péricles Pacheco e Odeni Mongruel para Presidente e Vice-Presidente respectivamente, os quais foram aceitos por unanimidade. O Senhor Presidente eleito usou da palavra para agradecer a confiança nele depositada por todos os Membros da Comissão. O Senhor Deputado Odeni Mongruel também agradeceu a todos. Na oportunidade, designou o Presidente, a funcionária Diva do Valle Cavalcanti, para exercer a função de Secretária da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, eu, Diva do Valle Cavalcanti, secretária, lavrei a presente Ata que depois de aprovada é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

Deputado PÉRICLES PACHECO
Presidente

DIVA DO VALLE CAVALCANTI
Secretária